

## **ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA INFANTO-JUVENIL**

Thais Gomes de Vasconcelos – UFPB

thais.vasconcelos@hotmail.com

Maisa Cordeiro Tavares \_ UFPB

maisa\_tavares@hotmail.com

Sheila Fernandes Guedes \_ UFPB

sguedes\_34@hotmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

A história da África assim como da humanidade é a da tomada de consciência, pensamento esse discutido pelo Joseph Ki-Zerbo ao ressaltar a importância de discutir a construção da memória sobre a África e seus descendentes com o intuito de romper toda a ideia camuflada de preconceito.

Partindo deste pressuposto, observamos que existe a necessidade de trabalhar no âmbito escolar as questões que envolvem as temáticas de valorização da cultura afro-brasileira e africana com crianças e jovens adolescentes, e neste contexto observamos a escola como uma instituição que deve assumir a responsabilidade de promover através de seus planejamentos pedagógicos, uma formação integral que leve o sujeito a conhecer e respeitar os valores necessários à vida em sociedade, uma vez que este é um espaço de formação intelectual, social, político e cultural, que deve estar vinculada a reflexão dos sujeitos que constitui a sociedade.

Pensando nesta formação levamos em consideração a ideia humanística nas concepções Freireanas de Educação (1986), e as discussões sobre o Ensino de História e a Cultura Afro-Brasileira, temática esta que entra em consonância com a Lei nº 10.639/03 e ocupa espaços significativos nas questões educacionais.

Portanto, este artigo busca apresentar uma compreensão mais ampla da Educação étnico-raciais, contribuindo para disseminação de uma das metodologias que podem ser utilizadas em sala de aula. Para tanto destacamos a literatura infanto-juvenil, mais precisamente a obra literária, “Rainha Ginga”, mostrando assim as possibilidades de ensino aprendizagem numa relação mútua entre educandos e educadores, pois à medida que se ensina também se aprende.

### **2. Ensino de História e cultura afro no ensino**

Nos livros didáticos, na televisão, no cinema, na escola, infelizmente ainda vemos marcas dos preconceitos que são disseminados de formas camufladas em nossa sociedade. Tentativas de combate a esse tipo de discriminação vêm se consolidando ao longo dos anos, e dentre os espaços que podem ser discutidos às ideias antirracistas destacamos o espaço escolar que, de acordo com Bittar:

Sem abandonar, portanto, as premências práticas de dar conteúdo, permitir sucesso no vestibular, permitir a preparação para a carreira profissional, a escola deve avançar no sentido de produzir sujeitos emancipados e capaz de articularem em condições de exercícios da vida cívica e no exercício de uma macro-ética da responsabilidade humana, onde a dignidade humana é foco de todos os esforços de convergências das múltiplas iniciativas que uma escola pode gerar. (BITTAR, 2008, p.174)

Nesse sentido, a contribuição no auxílio de um sujeito crítico, autônomo e sem preconceito deve se inserir com a participação do educador no processo de ensino aprendizagem, de forma a diminuir e até acabar com o preconceito.

Com relação aos os livros didáticos e o currículo atrelado ao ensino, observa-se que as questões que envolvem o povo negro até meados anos noventa, não eram temáticas discutidas no espaço escolar e quando ressaltada era lembrado em associação ao tráfico e colonialismo. Tal abordagem começa ganhar reconfigurações mais expressivas a partir de 1998, com os Parâmetros Curriculares - PCNs que tem por intuito apenas sugerir os conteúdos; e por este motivo é criticado por Oliva quanto sua elaboração, pois tal autor afirmar que:

Fica fora uma quantidade significativa de possíveis abordagens positivas acerca das múltiplas realidades atuais relacionadas a história africana, como no campo da produção artística, do pensamento filosófico, da produção nas mais diversas áreas do conhecimento, na música, nas estéticas, entre outros possíveis tópicos. (OLIVA, 2007, p. 207)

Esta questão assume nova conquista com a promulgação a Lei Federal nº10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino e transmissão de cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado de todo o país, no entanto, aplica tal lei no âmbito escolar ainda é um desafio a ser enfrentado pelos educadores que nem sempre estão com o intuito de trabalhar tal temática devido a questões religiosas ou até mesmo por não possuir o preparo acadêmico para elaboração de uma aula sobre o tema.

Diante desta circunstancia é interessante ressaltar, que existem várias possibilidades de trabalhar esta cultura: Através de músicas, filmes, jogos, brincadeiras, diálogos, teatro, e literatura, sendo esta última metodologia, destacada neste artigo.

A literatura por definição refere-se à realidade e ficção, e sua linguagem deve ser utilizada de maneira questionadora, para então podermos identificar e refletir sobre nossa sociedade que ainda possui estereótipos negativos com relação as questões culturais.

Neste sentido, trabalhar a questão cultural da África por meio dos livros de literatura pode levar os alunos a refletir os conceitos e pré-conceitos impostos por alguns membros da sociedade referentes ao racismo. Rocha e Trindade (2006. p.56) reforça esta questão, no contexto escolar afirmando que:

A questão do racismo deve ser apresentada à comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas, em especial os eurocêtricos, com que fomos educados. Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e de "coisificação" dos povos africanos.

Desse modo podemos afirmar que o uso da literatura na sala de aula pode vim a quebrar com paradigma etno-racial negativo. Portanto, considerando os pontos sugestivos de como utilizar tal meio didático no Ensino Fundamental, segue a apresentação e discursão da obra da Rainha Ginga.

### **3. Literatura Infanto-juvenil: Metodologias e possibilidades na obra Rainha Ginga**

A literatura infantil se constitui como gênero literário por volta do século XVIII, com o advento da modernidade período esse de mudanças na estrutura social que se repercutiu no conceito de criança, uma vez que anteriormente a esse período esta era vista como um adulto em miniatura. Esta literatura chega ao Brasil entre o século XIX e XX e destinada à evangelização à educação formal, à moralização de crianças e jovens.

Tal literatura segundo Jovino, está dividida em três fases: a primeira é referente a década de 1930 onde as personagens femininas negras são representadas em situação social inferior, ou seja, como empregadas domésticas, exemplo desse fato o livro de Monteiro Lobato "Histórias de Tia Nastácia 1. ed. 1937" onde dentre a fala de um dos personagens observar-se a situação de inferioridade:

[...] — Pois cá comigo — disse Emília — só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras — coisa mesmo de negra beijuda, como tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto. (JOVINO. p.184)

A segunda fase ocorre a partir de 1975, momento esse que ainda se observa a presença do preconceito sociocultural nas narrativas que privilegia a representação da personagem negra com atributos e traços brancos, e por fim a terceira fase que rompe com esses estereótipos negativos da cor negra.

Atualmente as grandes produções de obras literárias direcionadas para as crianças e jovens se inserem no que conhecemos como mercado editorial, onde estes produzem obras de formas diversificadas que vão de conteúdos específicos da África até os de âmbito social e cultural. Tais produtos elaborados com o objetivo de disseminar as informações sem estereótipos negativistas são adquiridos pelos professores, diretores e até os pais que desejam contribuir na formação de seus filhos.

Para demonstrar a possibilidade de trabalhar uma maneira didática diferente em sala de aula destacamos a obra de Roberto Emerson Câmara Benjamim Presidente da Comissão Pernambucana de Folclore e livre docente do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do qual dentro de suas obras destacamos a “A rainha Ginga (2008)”, destinado tanto para os anos iniciais quanto aos anos finais do Ensino Fundamental por não constar indicação de idade para utilização na obra e por propiciar o educador desenvolver o grau de dificuldade de acordo com a série de ensino que o educando se encontra.

Segundo Benjamim, o nome de Ginga era Nzinga Mbandi Ngola, aclamada como rainha de Matamba e Angola nos séculos XVI-XVII (1587-1663). A trajetória de Nzinga Mbandi é um exemplo de como os chefes centro-africanos enfrentaram o avanço português. Entrou para a história pelos seus feitos, e pelo seu gênero. Por ser mulher, estrategista política e militar, Ginga conseguiu gravar seu nome na História de Angola. Nasceu em 1582, filha do oitavo Ngola (do qual derivaria o nome Angola), título do principal régulo do reino do Ndongo.

Em 1578, iniciou-se a ocupação daqueles territórios africanos pelos Portugueses. O rei Ngola Kiluanji, pai de Nzinga, resistiu à ocupação do território africano pelos

portugueses, que estavam fortemente interessados no comércio de escravos. Quando lhe sucedeu o filho Ngola Mbandi, este tentou impedir que a procura de escravos alcançasse as suas terras. Foi então que a sua irmã, Nzinga, o ajudou nas negociações com os Portugueses, que lhes retribuíram as terras em troca da sua conversão ao cristianismo. Por consequência, Nzinga adquiriu o nome de Ana de Sousa e, posteriormente, as suas duas irmãs, Gambi e Fungi, passaram a chamar-se Bárbara e Garcia, respectivamente.

Porém, os portugueses não cumpriram o acordo celebrado, ao estabelecerem comércio com o jaga (chefe) de Cassanje. A adesão de alguns sobas (chefes) africanos, incluindo Ngola Mbandi, à política de comércio dos Portugueses, criou certa desordem no reino de Ndongo. Nessa altura, para preservar a paz, Nzinga mandou assassinar aqueles chefes, alcançando assim o comando do grupo de resistência à ocupação de Ndongo e Matamba. Em seguida, a rainha de Ndongo e Matamba renegou a fé católica e juntou-se aos guerreiros jagas, passando a exercer as suas ações militares a partir de quilombos. Com a ajuda de Nzinga, os Holandeses conseguiram ocupar Luanda, entre 1641 e 1648. A heroína conseguiu algumas vitórias e, em 1659, assinou um tratado de paz com Portugal, o que lhe permitiu reinar com certa paz.

A líder de Matamba morreu em dezembro de 1663, com mais de 80 anos, sepultada de acordo com os ritos cristãos. O povo Mbundo a venerou como “rainha imortal”, que nunca se entregou e que jamais aceitou a submissão aos invasores. Sua fama atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil. Aqui, o nome Ginga, ou Jinga, é evocado em rodas de capoeira, em congados e maracatus de múltiplas formas: como guerreira que engana os adversários, inimiga da corte cristã, venerável ancestral de Angola.

Na obra acima, percebemos os diversos aspectos abordados e a possibilidade de diversificar o trabalho realizado em sala de aula. Por tratar-se de uma história verídica, é possível abordamos temas como a colonização portuguesa e o impacto do comércio de escravos para as sociedades africanas, como salienta o trecho da obra abaixo:

Em 1578, iniciou-se a ocupação daqueles territórios africanos pelos Portugueses. O rei Ngola Kiluanji, pai de Nzinga, resistiu à ocupação do território africano pelos portugueses, que estavam fortemente interessados no comércio de escravos. (BENJAMIN, 2008. p.09)

Outra questão que pode ser abordada e que hoje em dia, é tema de diversas discursões, seja no âmbito acadêmico, seja no social, é a questão do gênero, sobretudo o papel e as conquistas das mulheres ao longo do tempo. Neste sentido, é possível dentro deste trabalho, alavancar informações sobre o mito da fragilidade feminina, que foi destaque no século XIX e que vem sendo desconstruído ao longo dos anos, mas que permanece inalterado em algumas culturas orientais até os dias de hoje. Sendo assim, ressaltar de forma didática, a força e o poder que as mulheres tiveram e tem ao longo do tempo apresentando personalidades femininas que ultrapassaram a barreira do tempo, é outro ponto chave deste livro. Vejamos um fragmento que trata deste tema:

O governo de Ginga tornou-se um precedente histórico, porque era a primeira vez que uma mulher governa a região, e isso possibilitou que houvesse sucessoras femininas facilmente aceitas (BENJAMIN, 2008. p.12)

As possibilidades e quantidade de temas que são abordados nesta obra são riquíssimas: Escravidão, invasão holandesa no Brasil, gênero, influências culturais e ocidentais nas culturas orientais, guerras, disputas territoriais, são apenas alguns aspectos apresentados nesta obra, que deve ser adequada a série e a idade dos educandos, tornando-se assim, um trabalho diferenciado e diversificado que pode ser apresentado em forma de projeto para todo um segmento que abrange desde os anos iniciais do Ensino Fundamental aos anos finais.

Diante disso, o educador deve fazer o planejamento da aula observando inicialmente qual série escolar ele irá ministra a aula, pois é a partir dessa constatação que se torna possível determina qual a melhor forma para apresentar a temática, exemplo disso é o terceiro ou no quarto ano, onde as crianças estão formando seus conceitos sobre as coisas, pois

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de reapresentar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período. (SANTANA, 2006, p28)

Apresentado o motivo de identificar a série podemos destacar alguns dos métodos que podem ser utilizados pelos educadores, onde no momento do ensino. Nas séries iniciais referente ao Ensino Fundamental I, que envolve do primeiro ao quinto ano, é preciso que o professor utilize métodos mais simples, como ler para as crianças e

tentar despertar sua curiosidade através das imagens e da história, sendo necessário: Haver uma primeira leitura com os alunos para que eles possam se familiarizar com a história. Segundo mostrar as ilustrações ou outro tipo de material que possa ser trabalhado de forma lúdica. Terceiro ressaltar a importância da imagem no livro e o mais importante traçar a relação do texto com a imagem para que os alunos possam anexar a história com a ilustração. E por quarta sugestão desenvolver com a turma trabalhos que faça com elas recontem o que aprendeu, para assim identificar até que ponto a aula foi absorvida pelo educando.

Em relação as séries mais avançadas como o oitavo ou nono ano, os jovens já possuem maturidade, então o uso da literatura africana deve ser feito de forma mais elaborada. Primeiro fazendo a leitura da obra para que a mesma seja conhecida e torne-se familiar. Depois é importante que haja um levantamento de questões envolvendo o livro abordado, onde haja o questionamento de quem escreveu a obra, qual o contexto histórico, quais as problemáticas sociais envolvidas na época contada e a relação com a atualidade.

Em síntese, nossa opção pelo uso da literatura africana na sala de aula se deu pela possibilidade de buscar caminhos novos para o estudo do continente africano, pois analisando os livros didáticos percebemos que muitos trazem a África numa visão eurocêntrica, além dos conteúdos serem considerados poucos e restritos apenas a falar sobre as regiões africanas e resumidamente sobre sua cultura.

Visto isso, é preciso contextualizar as várias formas e posicionamentos que a história percorreu no decorrer dos anos do qual em relação as questões étnico-raciais é necessário destacar a construção do preconceito racial, o seu desenvolvimento no mundo e questões sobre possíveis soluções para o problema que é qualquer forma de preconceito.

### **Considerações Finais**

Ao escolher o tema Literatura Infanto-juvenil como sugestão de uma prática pedagógica diferenciada, do método de educação tradicional baseada no quadro branco e o pincel, tínhamos o objetivo de apresentar algumas das possibilidades que podem ser encontradas para trabalhar a História da África em sala de aula, pois sabemos que não é

comum a utilização de um material didático de aspecto tão amplo e aparentemente superficial como a literatura, e por isto procuramos mostrar o contexto e algumas das abordagens presente na obra “A rainha Ginga”.

Sair do “comodismo” do livro didático, buscar alternativas de aproximar a História da África de nossa própria história, é o primeiro passo para obtermos o que determina a LDB. Quando, enquanto docentes, nos abrimos para novas possibilidades e buscamos juntamente com nossos alunos, alcançar objetivos que vão além do aprender, conseguimos atingir os quatros pilares da educação. Pois como afirma Jacques Delors:

a prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver. (DELORS, 2010. p. 89-102).

Sendo assim, buscamos ao longo deste artigo, apresentar uma prática pedagógica diferenciada e a sua versatilidade que pode modificar os caminhos para o aprendizado, tornando-o mais eficaz e prazeroso onde a mesma obra pode perfeitamente ser adaptada conforme a série do aluno, o que permite ao professor, explorar de forma muito intensa este recurso.

### **Referências bibliográficas:**

BENJAMIM, Roberto. **A rainha Ginga**. João Pessoa. PB: Editora Grafset, 2008. (Coleção Babobá).

BITTAR, Eduardo C.B. **A escola como espaço de emancipação dos sujeitos**. Direitos Humanos: capacitação de educadores. Zenaide, Maria de Nazaré Tavares (Org.). Silveira, Rosa Maria Godoy (Org.). Dias, Adelaide Alves (Org.). João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2008.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.



CAVALLEIRO. Eliane. O papel de alunos e professores: Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade. IN. **A Cor da Cultura - Saberes e Fazeres - Modos de Ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

DELORS, Jacques. (Coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2010.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessário á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996(Coleção leitura).

JOVINO. Ione da Silva. **Literatura infanto-juvenil com personagens negro no Brasil**. Disponível em:

[http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/literatura%20afrobrasileira\\_cV.pdf](http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/literatura%20afrobrasileira_cV.pdf).

Acessado em: 21 de julho de 2014.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: KI-ZERBO, Joseph. (Editor). **História Geral da África**. Vol.1 (Metodologia e pré-história da África). Brasília; São Carlos: UNESCO/MEC/SECAD; UFSC, 2010.

LEI Nº 10639, de 9 de janeiro de 2003.

ROCHA. Rosa. M. C. TRINDADE. Azoilda Loretto. **Ensino Fundamental**. IN: Ministério da educação. Secretária da educação continuada, alfabetização e diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD. 2006. p. 51-76.

MOREIRA. Maria Aparecida Rita. **A literatura no contexto da sala de aula: Trabalhando com contos brasileiros e angolanos**. 2011. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308361309\\_ARQUIVO\\_Aliteraturanocontextodesaladeaula.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308361309_ARQUIVO_Aliteraturanocontextodesaladeaula.pdf). Acessado em: 26 de julho e 2014.

OLIVA. Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino de história da África no mundo atlântico**. (1990-2005). Brasília: UNB/Programa de Pós-graduação em História, 2007. [Tese de doutorado.]

SANTANA. Patrícia Maria de Souza. **Educação Infantil**. IN: Ministério da educação. Secretária da educação continuada, alfabetização e diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD. 2006.